

TRANSMISSÃO

MUDANÇAS AUMENTAM ATRATIVIDADE

Mais prazo para concluir as obras e taxa maior de retorno passam a valer para os próximos leilões

Por Inaldo Cristoni



Duas importantes medidas foram anunciadas no fim de março pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para tornar mais atraentes os projetos de linhas de transmissão que serão leiloados este ano. Uma aumenta a taxa de retorno dos empreendimentos contratados e outra dilata o prazo de conclusão das obras, garantindo mais tempo para obtenção de licença ambiental.

As mudanças atendem reivindicação do mercado, que apontava a baixa rentabilidade e a demora no licenciamento como os principais entraves ao ingresso de novos investidores no setor. Prova disso é que diversos lotes de linhas de transmissão ficaram sem lances nos leilões realizados nos últimos anos. Com as novas regras, a expectativa é de reversão desse cenário para evitar o risco de estrangulamento do sistema elétrico brasileiro por falta de rede para o escoamento de energia do parque gerador.

Após realização de uma audiência pública, foi feita uma atualização da metodologia de cálculo do preçoteto da Receita Anual Permitida (RAP) dos projetos de transmissão. Trata-se do critério que define o vencedor dos projetos de linhas de transmissão licitados. Ocorre que os valores até então fixados tinham como referência custo médio ponderado de capital (WACC, na sigla em inglês) considerado irreal pelos investidores em virtude do aumento dos riscos de negócio durante o período de construção dos empreendimentos.

Assim, houve uma correção dessa variável de forma que para os próximos contratos de concessão a taxa de remuneração passará de 5,54% para uma faixa de 7,63% a 7,86% ao ano, mas poderá ser mais alta nos casos de projetos que apresentam riscos maiores de execução. A Aneel tem a expectativa de que os lotes de linhas de

transmissão que não foram arrematados nos últimos leilões sejam relicitados com RAP até 36% superior.

Para este ano estão programados leilões nos meses de junho, julho e setembro, abrangendo 21 lotes, que somam uma extensão de 9,3 mil quilômetros de linhas de transmissão. A lista inclui os dez lotes vazios de um total de 23 ofertados em 2014. "Mas existe a possibilidade de realização de mais um certame até dezembro", informa Ivo Sechi Nazareno, superintendente de concessões, permissões e autorizações de transmissão e distribuição da Aneel.

Responsável pela elaboração dos estudos que subsidiam o planejamento do setor energético, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entretanto, calcula que 19,3 mil quilômetros de linhas de transmissão deverão ser leiloados em 2015, demandando investimentos da ordem de R\$ 26,1 bilhões.

As condições financeiras para execução dos projetos de transmissão mudaram depois que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reduziu de 70% para 50% a sua participação no total de itens financiáveis. Significa que os interessados terão que colocar uma parcela maior de capital próprio nos empreendimentos ou precisarão buscar outras fontes de empréstimos no mercado. A tarefa é considerada das mais difíceis porque no sistema bancário as taxas para linhas de crédito de longo prazo são muito altas, contribuindo para aumentar o custo financeiro do investimento.

O BNDES tem sido, historicamente, a fonte de financiamento mais barato. À medida que diminui a sua participação, o produto fica mais caro, ressalta Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. "O importante é que isso seja contemplado na fixação



BUY BARON / VALOR

da RAP e não signifique uma barreira para a entrada de participantes no setor.”

O panorama no setor de transmissão no Brasil mudou bastante nos últimos anos. Dados da Aneel revelam que desde 2013 houve uma queda acentuada na competitividade e interesse dos proponentes nos leilões, o que produziu dois efeitos: aumento da quantidade de lotes sem propostas e redução no número de propostas por lote. Ao mesmo tempo, a taxa de investimentos não contratados subiu de forma expressiva no período de três anos, chegando ao patamar de quase 30% em 2014. Os investimentos previstos nos lotes que ficaram sem propostas somam R\$ 4,6 bilhões. A Aneel esclarece, entretanto, que R\$ 3,2 bilhões distribuídos em seis lotes ofertados no leilão 007/2014 foram retirados do leilão após a publicação do edital.

O preço-teto baixo demais inibiu os novos entrantes, e entre os que participaram dos leilões nos últimos anos houve vencedores que apresentaram preços artificialmente baixos. Mas a escalada de lotes sem propostas pode ser explicada, também, pela ausência dos tradicionais players do setor. Alguns não receberam, ainda, a indenização decorrente da Medida Provisória 579, e outros porque estão com nível de endividamento muito alto ou vivem situação econômico-financeira desfavorável.

“Essas empresas têm economia de escala e até aceitariam uma RAP apertada, mas os agentes econômicos, que são de outras áreas, querem uma remuneração maior porque o risco é mais elevado”, diz o professor Nivalde de Castro, professor de economia e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel/UFRJ).

A Medida Provisória 579 foi editada em 2012, e um

ano depois convertida na Lei 12.783, com o objetivo de antecipar para o início de 2013 as concessões de geração, transmissão e distribuição do setor elétrico com vencimento entre 2015 e 2017, mediante o pagamento de indenização correspondente à parcela dos investimentos em ativos ainda não amortizados ou não depreciados.

As concessionárias de transmissão que aderiram passaram a receber uma tarifa para cobrir os custos decorrentes da prestação dos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão. A mudança gerou incertezas regulatórias que contribuíram para restrição do mercado de transmissão.

Para Daniel Bilat, diretor-geral da espanhola Cymí Holding, aumentar a RAP é importante para atrair mais interessados ao setor de transmissão, mas não basta para melhorar o desempenho dos leilões se não for feita, também, uma melhor análise da viabilidade econômica de cada projeto. “Não é uma equação muito simples, porque existem vários componentes que precisam ser avaliados”, diz. Como exemplos, o executivo cita a localização geográfica (determinante para processo de licenciamento ambiental), o custo de desapropriações, a logística e valores de fretes para transporte de mercadorias e influência climática, entre outros aspectos.

Se o mercado de transmissão ficou restritivo, a RAP está longe de ser a única causa. Outro aspecto crítico para o setor, a demora na concessão de licença ambiental tem sido apontada como a responsável pelo atraso no cronograma de entrega dos empreendimentos. As empresas reclamam que o processo é rigoroso e extenso. “O que temos notado é um endurecimento nas condições de licenciamento”, revela Bilat.

Para dar agilidade aos trâmites e não pressionar o

9.300 km de linhas de transmissão deverão ser leiloados este ano



RICARDO BENÍCIO / VALDOR

Sales, do Acende Brasil: retorno deve compensar participação menor do BNDES

cronograma de conclusão das obras, uma das propostas discutidas no setor é que os empreendimentos sejam licitados já com a licença prévia, como acontece na área de geração de energia. Outra possibilidade é emitir a licença de instalação por partes, à medida que o processo de construção avança, sobretudo nos projetos de linha de transmissão de grande extensão. Segundo Thomaz Toledo, diretor de licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e do Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o que tem sido discutido com as autoridades do setor elétrico é que seja possível, ao menos, iniciar a abertura do processo de licenciamento antes da realização do leilão.

Toledo rejeita o papel de vilão que o mercado tenta atribuir ao Ibama. Um relatório da Aneel aponta a existência de 231 projetos de linha de transmissão em atraso no Brasil (de um total de 376 empreendimentos em implantação), dos quais apenas 50 dependem da emissão de licença ambiental pelo órgão federal. Segundo ele, os processos se arrastam porque são identificados problemas em todas as suas etapas. Além disso, as empresas demoram para protocolar pedido de abertura do licenciamento e para apresentar o estudo e o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), sem o qual o Ibama não pode iniciar o trabalho de análise de conformidade. "Muitas vezes, as empresas assinam contrato de concessão mesmo sabendo que o prazo estabelecido não é factível para entregar o projeto", critica.

O tempo para concessão de licenciamento varia conforme a complexidade do projeto, mas os prazos são em geral bastante apertados. No caso de lotes de linha de transmissão arrematados para início de operação em 36 meses, por exemplo, os vencedores normalmente calculam 24 meses para execução das obras. Nos 12 meses que restam não são gastos me-

nos do que oito meses para protocolar o pedido de licenciamento e apresentar o EIA/RIMA. Assim, o Ibama tem cerca de quatro meses para fazer as análises, sendo que a legislação prevê um prazo médio de nove meses para esta etapa do trabalho, explica Toledo.

A decisão da Aneel de ampliar o prazo de entrega dos projetos de transmissão – o tempo, considerando a gestão socioambiental, será decidido a cada lote – vai aliviar a pressão sobre o trâmite de licenciamento. Existe uma relação de 13 empreendimentos que deverão receber autorização do Ibama para início de obras neste ano. Entre eles figura a principal linha de transmissão da usina de Belo Monte, um empreendimento de R\$ 4,5 bilhões e de 2.087 quilômetros, que será construída pela chinesa State Grid. A rede, que atravessa quatro Estados, ligando Anapu (PA) a Estreito, na divisa de Minas Gerais e São Paulo, aguarda as licenças prévias de instalação. A expectativa é de emitir a licença de instalação até o fim do ano.

Em março foi emitida licença de instalação para a linha de transmissão Miracema-Sapeaçu, de 500 kV, cujo traçado de 1.854 quilômetros atravessa 47 municípios do Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia, incluindo a travessia dos rios Tocantins, Parnaíba e São Francisco. Construída pela Abengoa, a rede está prevista para entrar em operação em fevereiro de 2016 para abastecer o Nordeste com energia gerada pela usina de Belo Monte, no Pará, e permitir a exportação de 6 mil MW de energia para a região Sudeste.

Antes das mudanças anunciadas pela Aneel, foi realizado o primeiro leilão de linhas de transmissão de 2015. Dos quatro lotes em disputa no certame de janeiro, apenas dois tiveram lance. Um deles foi arrematado pela CPFL Geração de Energia e a Cymi Holding venceu o outro, de cinco linhas de transmissão, com uma oferta de R\$ 44,6 milhões, o que representou um deságio de 1,51% na RAP. Com extensão de 861 quilômetros, os novos empreendimentos da Cymi Holding serão construídos na Bahia e no Piauí, com um investimento previsto de R\$ 1,240 bilhão, e devem entrar em operação comercial em março de 2018.

Esses projetos vão se somar a outros dois empreendimentos que a Cymi Holding conquistou no primeiro leilão de 2014, de 793 quilômetros de extensão, que irão interligar os parques eólicos em construção no interior da Bahia e do Rio Grande do Norte ao Sistema Elétrico Brasileiro. Segundo Bilat, o lote E deve entrar em breve na fase de audiência pública necessária para emissão da licença prévia. Já o lote D "está sofrendo com a morosidade do órgão ambiental local". O projeto está em análise pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) da Bahia desde meados do ano passado e ainda não foi emitido o Termo de Referência para dar início à elaboração do EIA. Entretanto, os prazos de conclusão das duas obras estão mantidos para 2017 e 2018, respectivamente, assim como os investimentos inicialmente previstos, que somam R\$ 947 milhões.

Duas importantes medidas foram anunciadas no fim de março pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para tornar mais atraentes os projetos de linhas de transmissão que serão leiloados este ano. Uma aumenta a taxa de

retomo dos empreendimentos contratados e outra dilata o prazo de conclusão das obras, garantindo mais tempo para obtenção de licença ambiental.

As mudanças atendem reivindicação do mercado, que apontava a baixa rentabilidade e a demora no licenciamento como os principais entraves ao ingresso de novos investidores no setor. Prova disso é que diversos lotes de linhas de transmissão ficaram sem lances nos leilões realizados nos últimos anos. Com as novas regras, a expectativa é de reversão desse cenário para evitar o risco de estrangulamento do sistema elétrico brasileiro por falta de rede para o escoamento de energia do parque gerador.

Após realização de uma audiência pública, foi feita uma atualização da metodologia de cálculo do preço-teto da Receita Anual Permitida (RAP) dos projetos de transmissão. Trata-se do critério que define o vencedor dos projetos de linhas de transmissão licitados. Ocorre que os valores até então fixados tinham como referência custo médio ponderado de capital (WACC, na sigla em inglês) considerado irreal pelos investidores em virtude do aumento dos riscos de negócio durante o período de construção dos empreendimentos.

Assim, houve uma correção dessa variável de forma que para os próximos contratos de concessão a taxa de remuneração passará de 534% para uma faixa de 7,63% a 7,86% ao ano. mas poderá ser mais alta nos casos de projetos que apresentam riscos maiores de execução.

A Aneel tem a expectativa de que os lotes de linhas de transmissão que não foram arrematados nos últimos leilões sejam relicitados com RAP até 36% superior. Para este ano estão programados leilões nos meses de junho, julho e setembro, abrangendo 21 lotes, que somam uma extensão de 9,3 mil quilômetros de linhas de transmissão. A lista inclui os dez lotes vazios de um total de 23 ofertados em 2014. "Mas existe a possibilidade de realização de mais um certame até dezembro", informa Ivo Sechi Nazareno, superintendente de concessões, permissões e autorizações de transmissão e distribuição da Aneel.

Responsável pela elaboração dos estudos que subsidiam o planejamento do setor energético, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entretanto, calcula que 19,3 mil quilômetros de linhas de transmissão deverão ser leiloados em 2015, demandando investimentos da ordem de R\$ 26,1 bilhões.

As condições financeiras para execução dos projetos de transmissão mudaram depois que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reduziu de 70% para 50% a sua participação no total de itens financiáveis. Significa que os interessados terão que colocar uma parcela maior de capital próprio nos empreendimentos ou precisarão buscar outras fontes de empréstimos no mercado. A tarefa é considerada das mais difíceis porque no sistema bancário as taxas para linhas de crédito de longo prazo são muito altas, contribuindo para aumentar o custo financeiro do investimento.

O BNDES tem sido, historicamente, a fonte de financiamento mais barato. A medida que diminui a sua participação, o produto fica mais caro, ressalta **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**. "O importante é que isso seja contemplado na fixação da RAP e não signifique uma barreira para a entrada de participantes no setor." O panorama no setor de transmissão no Brasil mudou bastante nos últimos anos. Dados da Aneel revelam que desde 2013 houve uma queda acentuada na competitividade e interesse dos proponentes nos leilões, o que produziu dois efeitos: aumento da quantidade de lotes sem propostas e redução no número de propostas por lote. Ao mesmo tempo, a taxa de investimentos não contratados subiu de forma expressiva no período de três anos, chegando ao patamar de quase 30% em 2014.

Os investimentos previstos nos lotes que ficaram sem propostas somam R\$4,6 bilhões. A Aneel esclarece, entretanto, que RS 32 bilhões distribuídos em seis lotes ofertados no leilão 007/2014 foram retirados do leilão após a publicação do edital.

O preço-teto baixo demais inibiu os novos entrantes, e entre os que participaram dos leilões nos últimos anos houve vencedores que apresentaram preços artificialmente baixos. Mas a escalada de lotes sem propostas pode ser explicada, também, pela ausência dos tradicionais players do setor. Alguns não receberam, ainda, a indenização decorrente da Medida Provisória 579, e outros porque estão com nível de endividamento muito alto ou vivem situação econômico-financeira desfavorável.

"Essas empresas têm economia de escala e até aceitariam uma RAP apertada, mas os agentes econômicos, que são de outras áreas, querem uma remuneração maior porque o risco é mais elevado", diz o professor Nivalde de Castro, professor de economia e coordenador de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Rio de Janeiro (Gesel/UFRJ).

A Medida Provisória 579 foi editada em 2012, e um ano depois convertida na Lei 12.783, com o objetivo de antecipar para o início de 2013 as concessões de geração, transmissão e distribuição do setor elétrico com vencimento entre 2015 e 2017, mediante o pagamento de indenização correspondente à parcela dos investimentos em ativos ainda não amortizados ou não depreciados.

As concessionárias de transmissão que aderiram passaram a receber uma tarifa para cobrir os custos decorrentes da prestação dos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão. A mudança gerou incertezas regulatórias que contribuíram para restrição do mercado de transmissão.

Para Daniel Bilat, diretor-geral da espanhola Cymi Holding, aumentara RAP é importante para atrair mais interessados ao setor de transmissão, mas não basta para melhorar o desempenho dos leilões se não for feita, também, uma melhor análise da viabilidade econômica de cada projeto. "Não é uma equação muito simples, porque existem vários componentes que precisam ser avaliados", diz. Como exemplos, o executivo cita a localização geográfica (determinante para processo de licenciamento ambiental), o custo de desapropriações, a logística e valores de fretes para transporte de mercadorias e influência climática, entre outros aspectos.

Se o mercado de transmissão ficou restritivo, a RAP está longe de ser a única causa. Outro aspecto crítico para o setor, a demora na concessão de licença ambiental tem sido apontada como a responsável pelo atraso no cronograma de entrega dos empreendimentos. As empresas reclamam que o processo é rigoroso e extenso. "O que temos notado é um endurecimento nas condições de licenciamento" revela Bilat.

Para dar agilidade aos trâmites e não pressionar o cronograma de conclusão das obras, uma das propostas discutidas no setor é que os empreendimentos sejam licitados já com a licença prévia, como acontece na área de geração de energia. Outra possibilidade é emitir licença de instalação por partes, à medida que o processo de construção avança, sobretudo nos projetos de linha de transmissão de grande extensão. Segundo Thomaz Toledo, diretor de licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o que tem sido discutido com as autoridades do setor elétrico é que seja possível, ao menos, iniciar a abertura do processo de licenciamento antes da realização do leilão.

Toledo rejeita o papel de vilão que o mercado tenta atribuir ao Ibama. Um relatório da Aneel aponta a existência de 231 projetos de linha de transmissão em atraso no Brasil (de um total de 376 empreendimentos em implantação), dos quais apenas 50 dependem da emissão de licença ambiental pelo órgão

federal. Segundo ele, os processos se arrastam porque são identificados problemas em todas as suas etapas. Além disso, as empresas demoram para protocolar pedido de abertura do licenciamento e para apresentar o estudo e o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), sem o qual o Ibama não pode iniciar o trabalho de análise de conformidade.

"Muitas vezes, as empresas assinam contrato de concessão mesmo sabendo que o prazo estabelecido não é factível para entregar o projeto", critica. O tempo para concessão de licenciamento varia conforme a complexidade do projeto, mas os prazos são em geral bastante apertados. No caso de lotes de linha de transmissão arrematados para início de operação em 36 meses, por exemplo, os vencedores normalmente calculam 24 meses para execução das obras. Nos 12 meses que restam não são gastos mais do que oito meses para protocolar o pedido de licenciamento e apresentar o EIA/RIMA. Assim, o Ibama tem cerca de quatro meses para fazer as análises, sendo que a legislação prevê um prazo médio de nove meses para esta etapa do trabalho, explica Toledo.

A decisão da Aneel de ampliar o prazo de entrega dos projetos de transmissão - o tempo, considerando a gestão socio ambiental, será decidido a cada lote - vai aliviar a pressão sobre o trâmite de licenciamento. Existe uma relação de 13 empreendimentos que deverão receber autorização do Ibama para início de obras neste ano. Entre eles figura a principal linha de transmissão da usina de Belo Monte, um empreendimento de R\$ 45 bilhões e de 2.087 quilômetros, que será construída pela chinesa State Grid. A rede, que atravessa quatro Estados, ligando Anapu (PA) a Estreito, na divisa de Minas Gerais e São Paulo, aguarda as licenças prévias de instalação. A expectativa é de emitir a licença de instalação até o fim do ano.

Em março foi emitida licença de instalação para a linha de transmissão Miracema-Sapeaçu, de 500 kV, cujo traçado de 1.854 quilômetros atravessa 47 municípios do Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia, incluindo a travessia dos rios Tocantins, Parnaíba e São Francisco.

Construída pela Abengoa, a rede está prevista para entrar em operação em fevereiro de 2016 para abastecer o Nordeste com energia gerada pela usina de Belo Monte, no Pará, e permitir a exportação de 6 mil MW de energia para a região Sudeste.

Antes das mudanças anunciadas pela Aneel, foi realizado o primeiro leilão de linhas de transmissão de 2015. Dos quatro lotes em disputa no certame de janeiro, apenas dois tiveram lance. Um deles foi arrematado pela CPFL Geração de Energia e a Cymi Holding venceu o outro, de cinco linhas de transmissão, com uma oferta de R\$ 44,6 milhões, o que representou um deságio de 1,51 % na RAP. Com extensão de 861 quilômetros, os novos empreendimentos da Cymi Holding serão construídos na Bahia e no Piauí, com um investimento previsto de R\$ 1,240 bilhão, e devem entrar em operação comercial em março de 2018.

Esses projetos vão se somar a outros dois empreendimentos que a Cymi Holding conquistou no primeiro leilão de 2014, de 793 quilômetros de extensão, que irão interligar os parques eólicos em construção no interior da Bahia e do Rio Grande do Norte ao Sistema Elétrico Brasileiro. Segundo Bilat, o lote E deve entrar em breve na fase de audiência pública necessária para emissão da licença prévia. Já o lote D "está sofrendo com a morosidade do órgão ambiental local". O projeto está em análise pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) da Bahia desde meados do ano passado e ainda não foi emitido o Termo de Referência para dar início à elaboração do EIA. Entretanto, os prazos de conclusão das duas obras estão mantidos para 2017 e 2018, respectivamente, assim como os investimentos inicialmente previstos, que somam R\$ 947 milhões.